

EIA and Biodiversity in Brazil: The Strategic Role of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation - ICMBio



Liliana Pimentel

*Coordinator of Data Management for Environmental Licensing at ICMBio
Brazil*

<https://www.linkedin.com/in/lilianapimentel/>

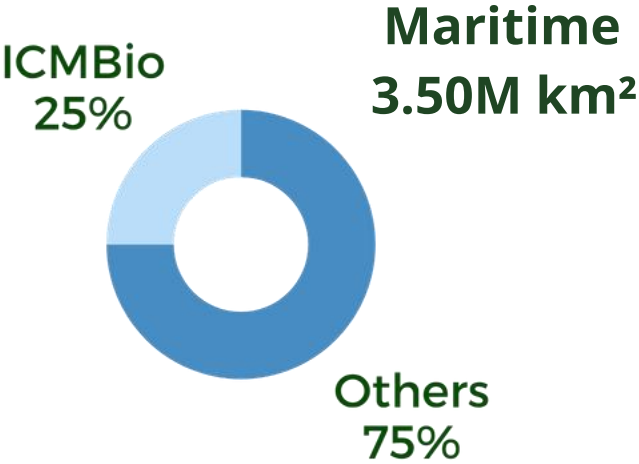
<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/autorizacoes/licenciamento-ambiental-ala>



Brazil - Biodiversity Hotspot

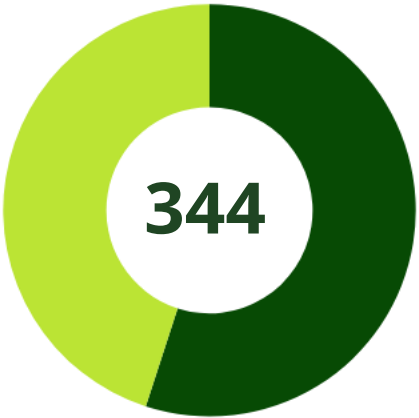


Terrestrial
8.51M km²



Maritime
3.50M km²

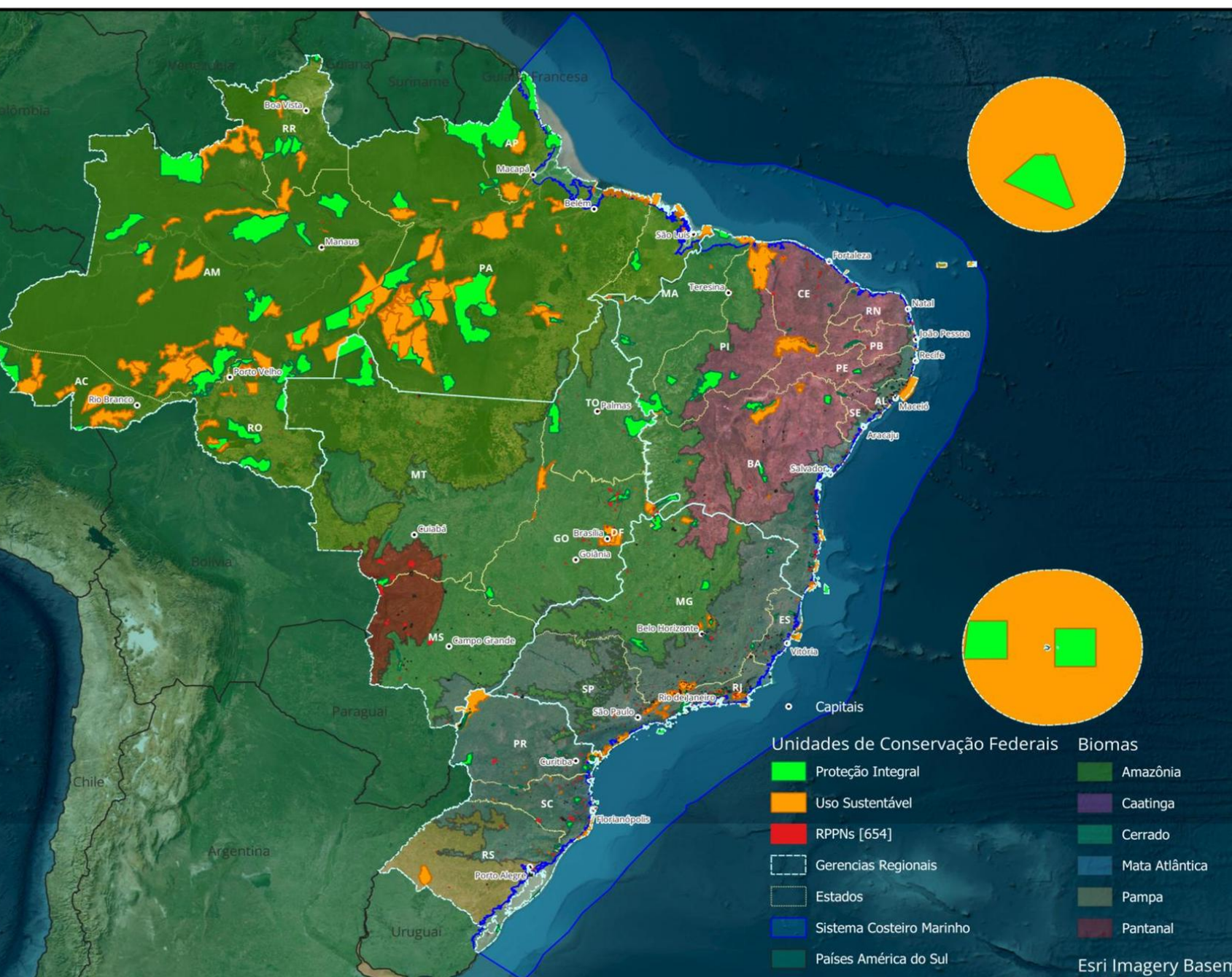
Sustainable
Use Protected
Areas
45%



Strictly
Protected
Areas
55%

+815
RPPN

Source: ICMBIO Institutional report (december, 2025)



Brazil holds an estimated **15% to 20%** of the world's biodiversity

ICMBio

Headquarters + **5** Regional Offices

200 Municipalities

1861 permanent and active officers

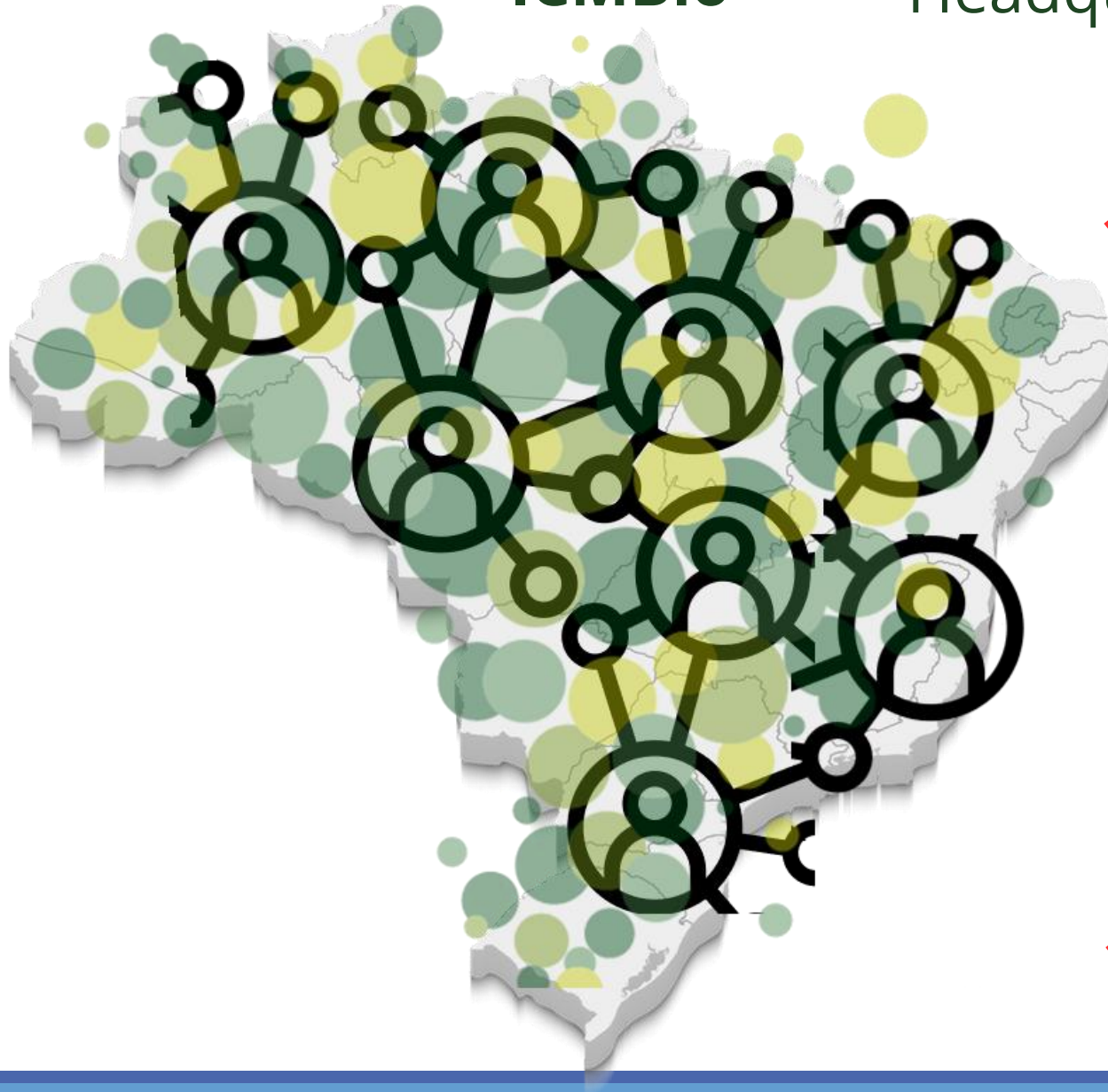
1361 environmental analyst

1111 has enforcement power

General-Coordination of Impact Assessment

20 permanent staff members

10 Env. Analysts dedicated to IA (+2)



ICMBio - National Research and Conservation Centers



Source: CNPCs/DiBIO/ICMBIO Database (2026)

ICMBio on Environmental Licensing



Federal Licensing Process (Ibama)
Significative Impact (EIA/Rima)
+GR jurisdiction



State and Municipal Licensing
Other Environmental Studies,
Plans or Reports

Institutional Reengineering: PMG Licenciamento

Instituted by Portaria 57/2018, the PMG Licenciamento modernized ICMBio's internal workflow.

Before (The Bottleneck)



- Fragmented workflows
- Manual micro-management of document routing
- Non-standardized technical analysis

After (The Solution)

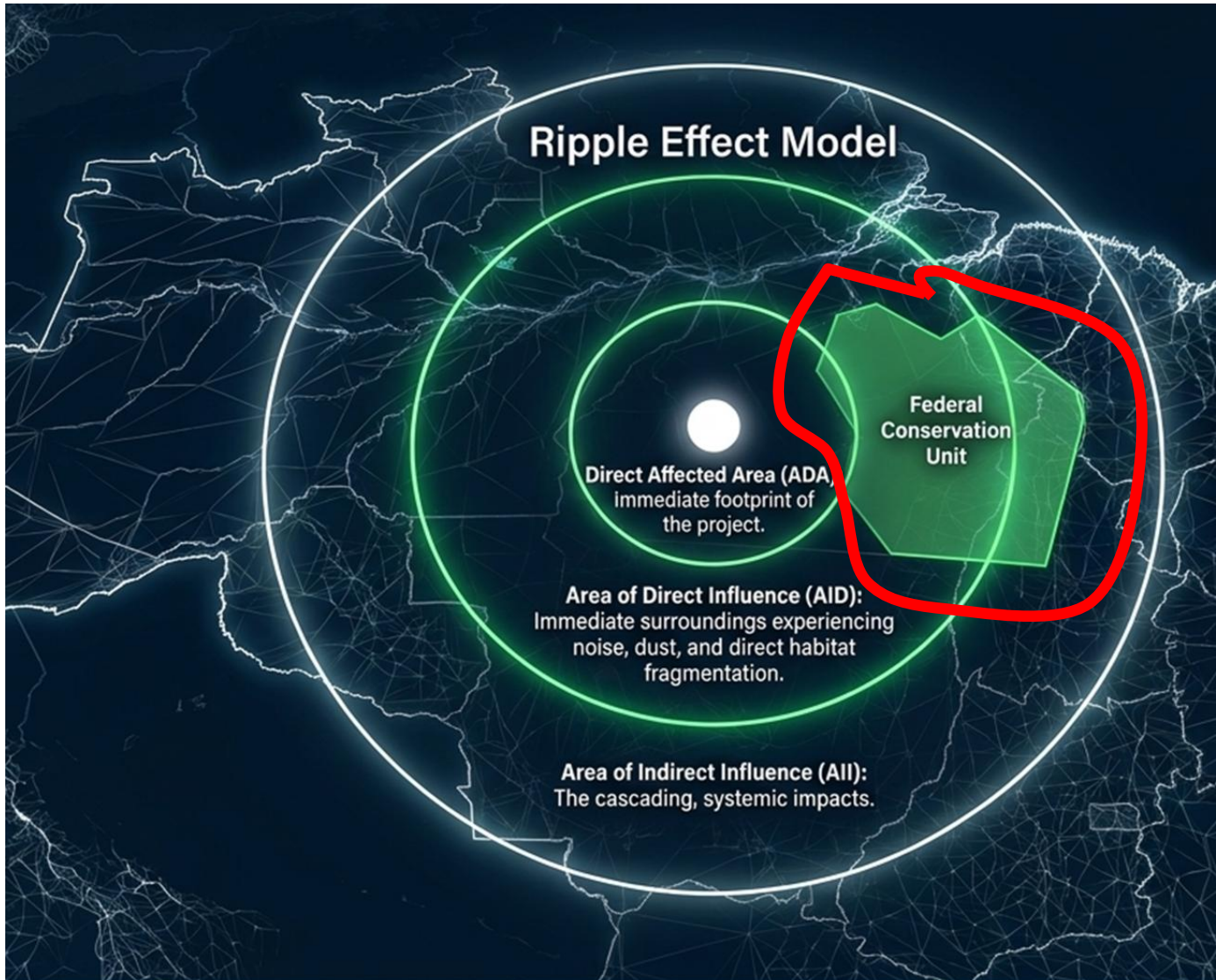


- Unified Impact Assessment Protocol
- Standardized methodologies for evaluating potential impacts
- Defining precise mitigation/compensation measures
- Target: 70% reduction in analysis time

Source: COGINF/CGIMP/DiBIO/ICMBIO Database (Generated using AI Notebook LM)

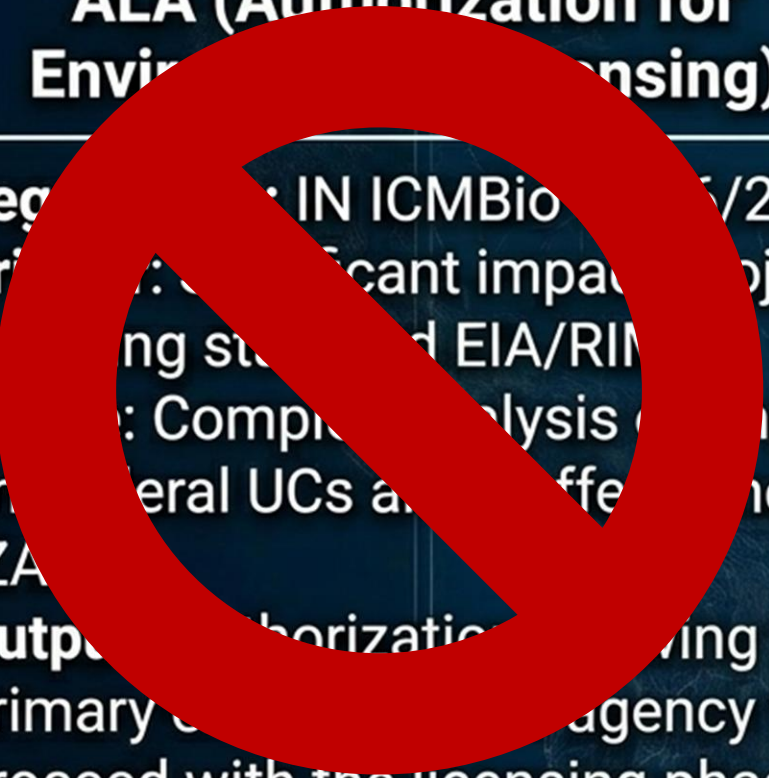
Before the General Environmental Licensing Law (n.15.190/25)

Environmental licensing for projects of significant impact that affect a specific protected area or its buffer zone (ZA) cannot be granted without the explicit authorization of ICMBio.



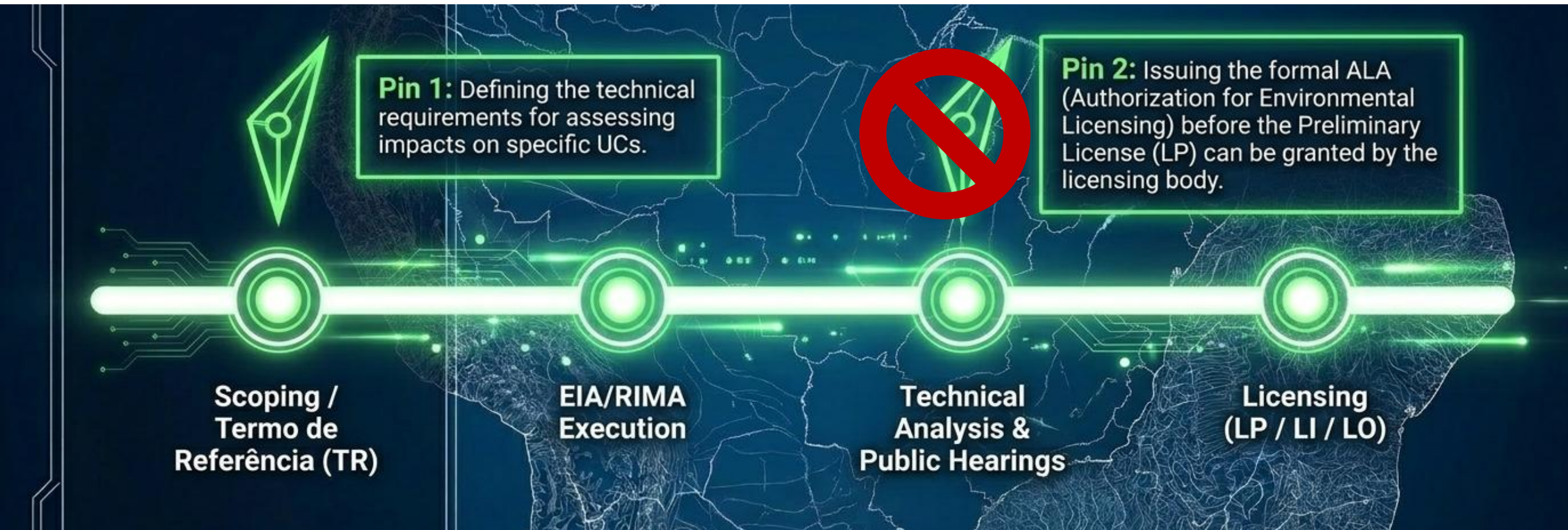
Source: COGINF/CGIMP/DiBIO/ICMBIO Database (Generated using AI Notebook LM)

Authorizations before General Environmental Licensing Law

ALA (Authorization for Environmental Licensing)	AD (Direct Authorization)
 • Legal Basis: IN ICMBio n° 15/2025. • Trigger: Projects with significant impacts requiring standard EIA/RIMA. • Scope: Comprehensive analysis of impacts on natural UCs and affected communities (ZAC). • Output: Authorization allowing the primary licensing agency to proceed with the licensing phases.	• Legal Basis: IN ICMBio n° 19/2022 & Portaria 1.222/2022. • Trigger: Activities exempt from standard licensing but still requiring public control. • Scope: Localized activities directly within UCs. • Output: Direct permission granted solely by ICMBio.

Source: COGINF/CGIMP/DiBIO/ICMBIO Database (Generated using AI Notebook LM)

Key Moments before the General Environmental Licensing Law

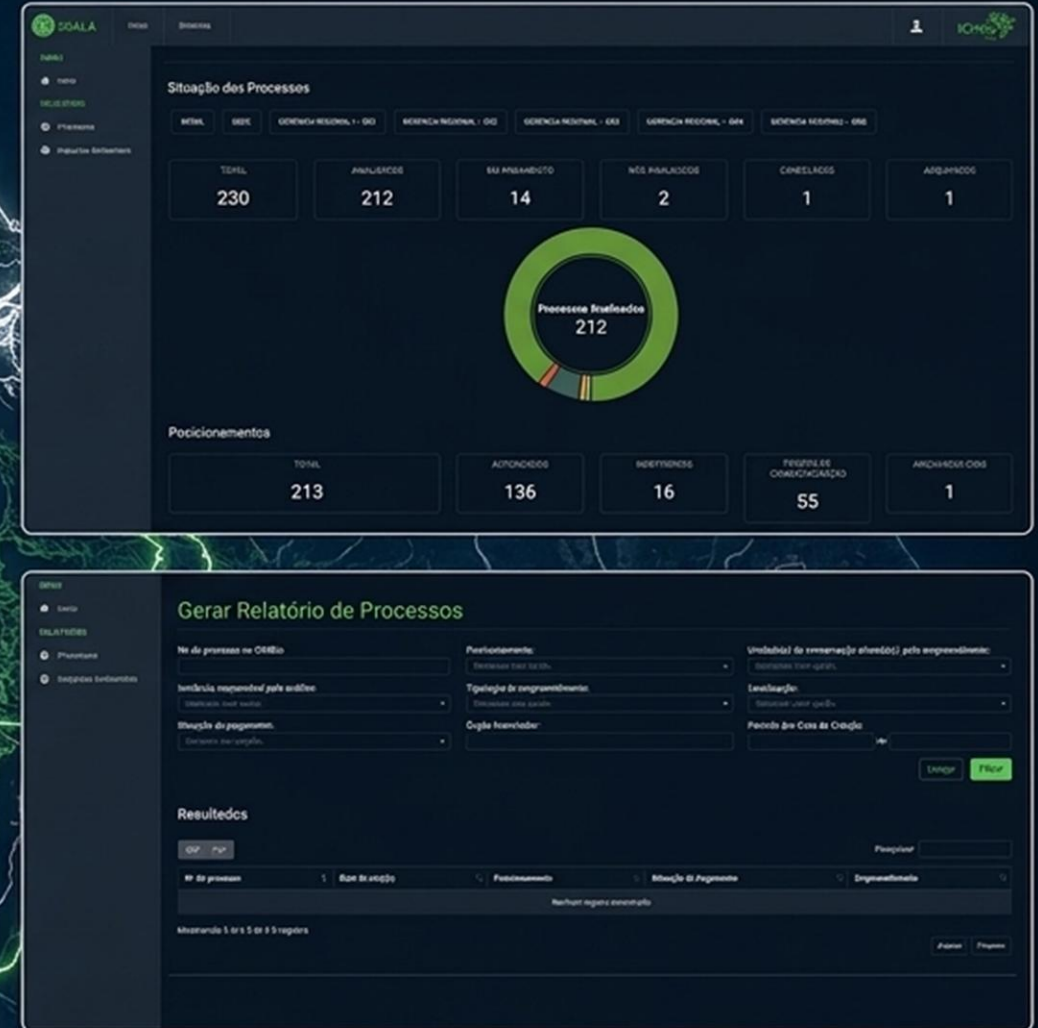


Source: COGINF/CGIMP/DiBIO/ICMBIO Database (Generated using AI Notebook LM)

PMG and Systems Implementation

Moving from paper-based analog analysis to an automated, geospatial, and data-driven authorization system.

- **Automated Locational Characterization:** Instant verification of overlap with federal UCs and normative boundaries.
- **Normative Analysis & Integration:** Seamless data flow between the ALA platform and internal ICMBio databases.
- **Centralized Architecture:** Organizational Box Separation for distinct regional routing and advanced Process Reporting for administrators.



The Paradigm Shift: Law 15.190/2025



The Legislative Intent

The new General Environmental Licensing Law aims for procedural celerity, economic development, and the reduction of bureaucratic red tape.



The Structural Risk

Introduces severe structural challenges to environmental safeguarding, effectively attempting to override the ecological realities established by SNUC and the Brazilian Constitution.

Conclusion – Main Consequences



The Scope Fallacy

The restriction of environmental analysis strictly to the Direct Affected Area (ADA), legally blinding the agency to broader, systemic ecosystem impacts.



Erosion of Authority

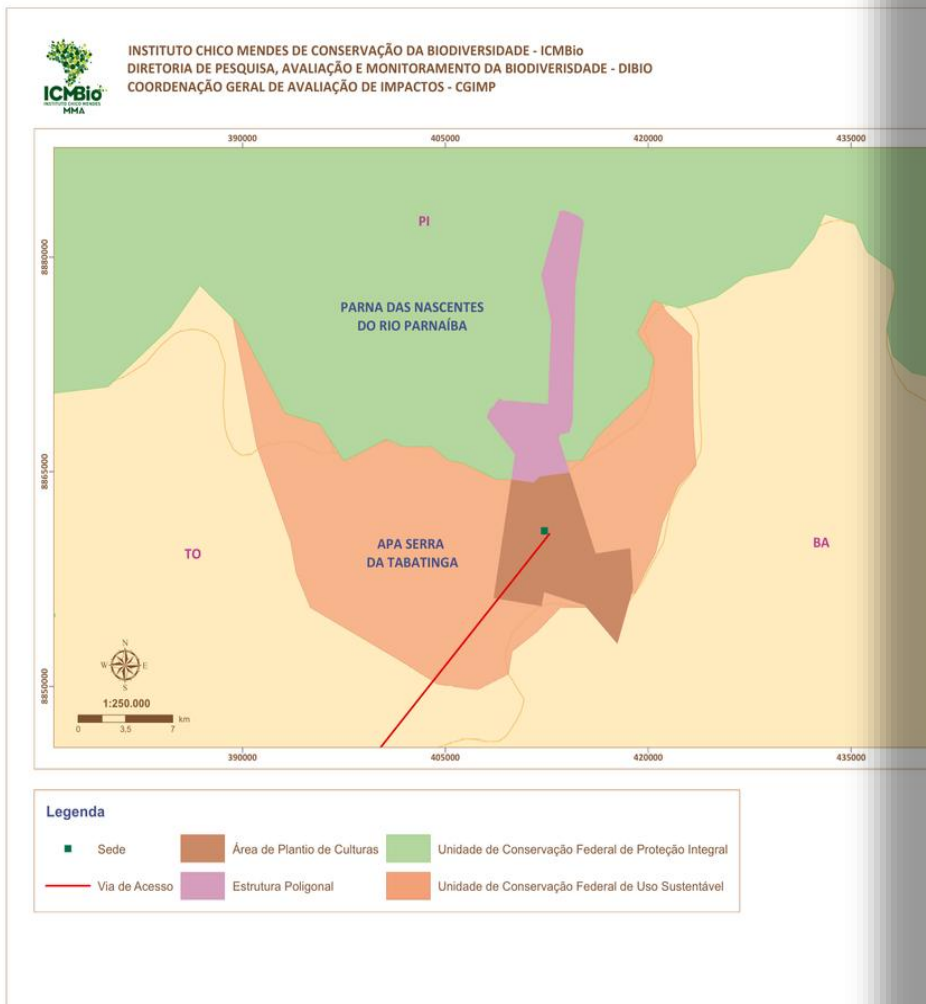
The legislative shift toward non-binding manifestations, attempting to reduce ICMBio from a legal gatekeeper to a mere consultant.



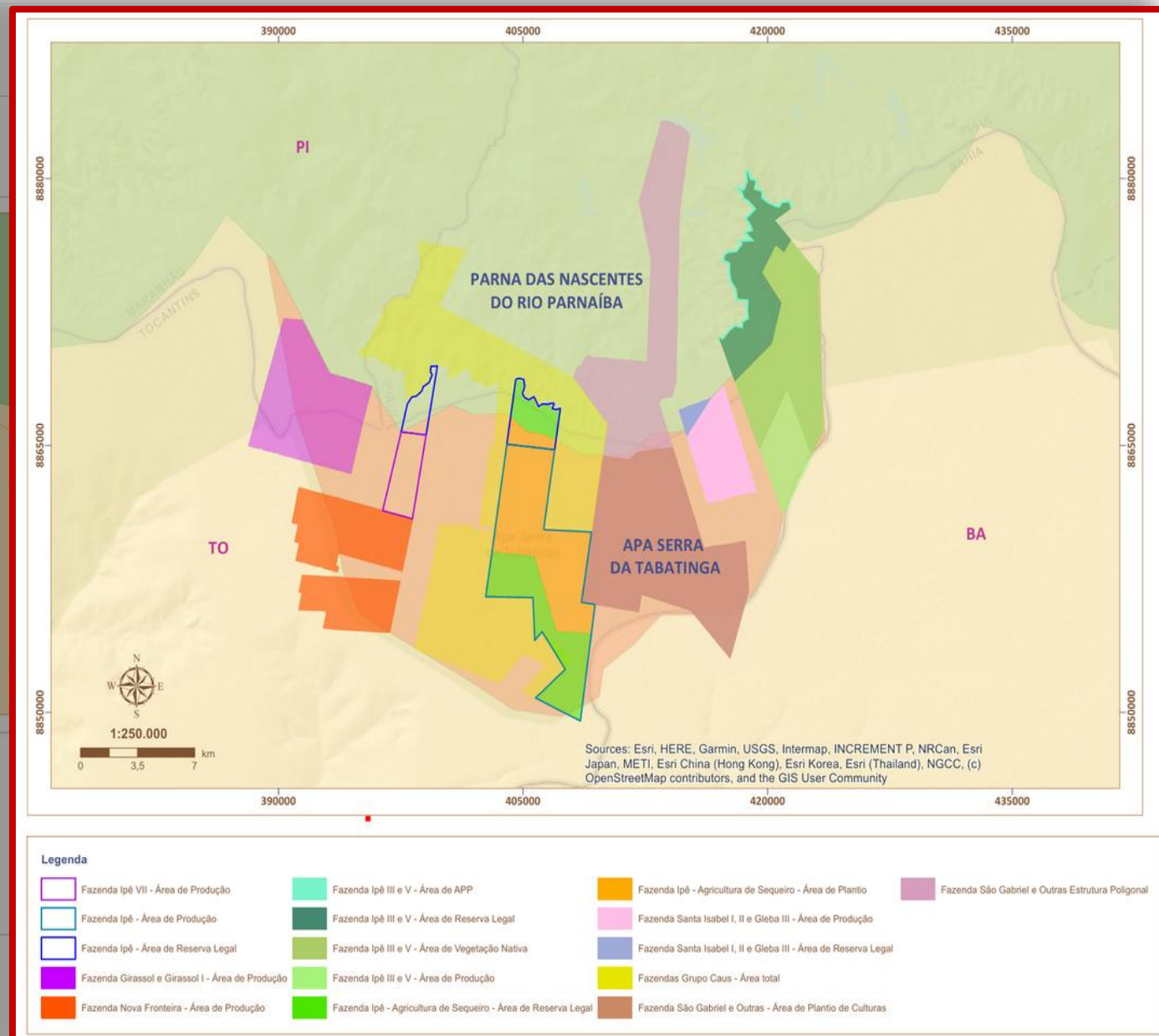
Administrative Silence

The implementation of tacit approval rules, where a lack of immediate response equates to automatic authorization—fundamentally incompatible with the complexity of EIA.

Example Given: National Park of the Parnaíba River Headwaters



Source: COGINF/CGIMP/DiBIO/ICMBIO Database
Geographer Luciana L. Barros





Let's continue the conversation!

Message me your questions or comments in the IAIA26 app.

Liliana Pimentel, Ph.D.

*Coordinator of Data Management for Environmental Licensing at ICMBio
Independent Researcher on Environmental Peacebuilding and Conflict Prevention*

Brazil

<https://www.linkedin.com/in/lilianapimentel/>

<https://orcid.org/0000-0002-8419-3131>

#iaia26

Some References!

Legislação e Atos Normativos

BRASIL. **Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.985, de 18 de julho de 2000, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Brasília, DF: Presidência da República.

_____. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a manifestação do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação no licenciamento ambiental. Brasília, DF: CONAMA, 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Instrução Normativa nº 16/GABIN/ICMBio, de 2 de abril de 2025**. Estabelece os procedimentos para manifestação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no processo de licenciamento ambiental. Brasília, DF: ICMBio, 2025. (Alterada pela **Instrução Normativa nº 14/GABIN/ICMBio, de 11 de fevereiro de 2026**)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Instrução Normativa Conjunta nº 8, de 27 de setembro de 2019**. Estabelece procedimentos entre o ICMBio e o Ibama no âmbito do licenciamento ambiental federal. Brasília, DF: Ibama/ICMBio, 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Portaria nº 5.592, de 11 de dezembro de 2025**. Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF: ICMBio, 2025.

Jurisprudência (Ações de Controle de Constitucionalidade)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7913**. Requerente: [Partido Verde]. Relator: Ministro Cristiano Zanin. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7916**. Requerentes: Rede Sustentabilidade e Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA). Brasília, DF, 19 de dezembro de 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7919**. Requerentes: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) et al. Brasília, DF, 29 de dezembro de 2025.

Livros, Teses e Artigos de Periódicos

COSTA, Marco Aurélio; KLUG, Letícia Beccalli; PAULSEN, Sandra Silva (Org.). **Licenciamento ambiental e governança territorial: registros e contribuições do seminário internacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. 246 p. ISBN 978-85-7811-300-1.

DEZEM, Lucas Teixeira *et al.* **Nova Lei Geral do Licenciamento ambiental – Celeridade letal, autoavaliação e a “tragédia dos comuns” na flexibilização dos controles ambientais**. Revista DELOS, Curitiba, v. 18, n. 69, p. 1-40, 2025.

SALVADOR, Aline Valéria Archangelo. **Manual Prático de Licenciamento Ambiental. 2013**. 260 p. Trabalho Final (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2013.

Notas Técnicas e Relatórios Institucionais

FONSECA, Alberto et al. **Nota Técnica: Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental: análise crítica e propositiva do projeto de lei à luz das boas práticas internacionais e da literatura científica.** Waterloo (Canadá): School of Environment, Resources and Sustainability / University of Waterloo, 2019. 56 p.

IBAMA. **Relatório de Oficina: Envolvimento Órgãos Intervenientes.** Brasília, DF: Ibama, 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Guia Rápido Soala 2.0.** Brasília, DF: COGINF/CGIMP, 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Programa de Melhoria de Gestão na Avaliação de Impactos em Unidades de Conservação Federais: Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais.** Brasília, DF: CGIMP, 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Relatório de Curso - 2025: Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental - EaD.** Brasília, DF: COGINF/CGIMP, 2025.

SÁNCHEZ, Luis E.; MONTAÑO, Marcelo; FONSECA, Alberto. **Nota Técnica (Atualização 1.1): Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental: análise crítica e propositiva da terceira versão do projeto de lei à luz das boas práticas internacionais e da literatura científica.** Waterloo (Canadá): University of Waterloo, 2019. 64 p.

UNEP-WCMC. **Environmental and social impact framework development. Case study: Farmer First Clusters.** Cambridge, UK: UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre, 2025.